

# Agente Fiscal

Rua Debret, 23, salas 401/405 - Centro - CEP 20.030-080 - Rio de Janeiro/RJ  
Rua da Quitanda, 30 - 11º andar - Centro - CEP: 20011-030 - Rio de Janeiro/RJ



## Combate à desigualdade: Seminário em Campinas discute papel da seguridade e da tributação

Cerca de 200 participantes acompanharam os debates do seminário “Estado, Tributação e Seguridade Social”, organizado pela DS/Campinas, pelo Instituto de Economia da Unicamp e pelo IPEA, com o apoio da DS/Rio e mais 17 Delegacias Sindicais. Durante os dias 21 e 22 de junho, economistas, pesquisadores e AFRFB refletiram sobre o papel estratégico do sistema tributário e da seguridade social na superação das desigualdades e na promoção do desenvolvimento. *Páginas 5 e 6.*

### Entrevista: “Batemos o pé!”

O presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Federal-SP, Amaury Portugal, conta que a postura firme da categoria durante o processo de elaboração da Lei Orgânica da PF foi essencial para preservar as atribuições dos delegados e para garantir o reconhecimento dos DPF como autoridades policiais no texto do projeto. *Página 3.*

**Consulta sobre lotações pode ser primeiro passo, mas DS/Rio luta por Concurso de Remoção.**

*Página 4*

**Plantões itinerantes levam serviços da DS aos filiados**

*Página 7*

## A valorização do auditor-fiscal

Prestar um serviço de qualidade à sociedade é um elemento de valorização do AFRFB, assim como demonstrar à sociedade a função estratégica das nossas atividades. Foi com esta convicção que 18 Delegacias Sindicais do Sindifisco Nacional uniram-se ao Instituto de Economia da Universidade de Campinas e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para realizar o seminário “Estado, Tributação e Seguridade Social”, nos dias 21 e 22 de junho, em Campinas. A DS/Rio orgulha-se de ter feito parte desta iniciativa, ao

lado das DS Amazonas, Campinas, Caxias do Sul, Ceará, Curitiba, Espírito Santo, Florianópolis, Joinville, Maranhão, Pelotas, Piauí, Piracicaba, Ribeirão Preto, Rio Grande, Salvador, Santa Maria São José dos Campos e Taubaté. Nas páginas 5 e 6, você vai saber como foi este seminário.

A satisfação no trabalho também é um elemento essencial à valorização do auditor-fiscal. É por isso que desde o início do processo de reestruturação da área de Tributos Internos do Rio de Janeiro, a DS/Rio vem reivindicando a realização de um

concurso de remoção, no âmbito da 7ª RF, para garantir a formação dos quadros das novas delegacias e também permitir que todos os colegas tenham a oportunidade de escolher um local de trabalho mais próximo de suas residências ou atividades com as quais tenham mais afinidade. Como você vai ver na página 4, a DS/Rio continua cobrando o concurso de remoção, porque acredita que AFRFB satisfeitos com seus locais de trabalho e com suas atividades têm mais qualidade de vida e prestam um serviço melhor à sociedade.

## DS/Rio promove tarde de música e literatura

Com o lançamento de livros escritos por AFRFB e um show musical, a DS/Rio promoveu, no dia 10 de junho, mais uma reunião cultural para homenagear o talento criativo dos colegas que de dedicam às diversas expressões artísticas. “Além do árduo trabalho como auditores, eles encontram tempo para produzir arte para nosso deleite”, elogiou a diretora de Assuntos de Aposentadorias e Pensões da DS, Gláudia Mamede, organizadora do evento.

Foram lançados os livros “O Limite, a Verdade, a Agonia e o Prazer” (romance), do AFRFB Paulo Rufino, “Quando a Bola Era Redonda” (crônicas), do AFRFB Ivan Sotter, e “Bagagem Acompanhada de Passageiros Procedentes do Exterior” (legislação), do AFRFB Serafim Siqueira, e “Fotossíntese do Amor” (poesia), do

AFRFB Luiz Carlos Alves, que também apresentou ao público seu CD “Samba, uma Escola da Vida”, cujas canções foram interpretadas pela cantora Marilena Santos.

Além dos autores, foram homenageados com diplomas de Honra ao Mérito os colegas Alda Estellita (escritora), Anir Lisboa Martins (cantora), Beatriz Dutra (escritora), Conceição Aparecida Figueiredo Brollo (atriz), Jaime Irajá (ator), Jorge Dias (escritor), Maria Helena Bustamantes de Lucena (cantora),

Paulo Gonçalves Pereira (escritor), Paulo Werneck (escritor), Serafim Cipriano (escritor), Walter Brito (escultor), Wilson Martins Sayão Filho (dramaturgo).



O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Sindifisco Nacional** - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. **Presidente:** Aelio dos Santos Filho. **Vice-Presidente:** Maria Alice Sant'Anna Wiltshire. **Secretário-Geral:** Rosângela Dutra Weck. **Diretor de Finanças:** Luiz Gustavo Pereira Regadas. **Diretora-Adjunta de Finanças:** Sonia Maria Binda Campos Pereira. **Diretora de Administração:** Sonia Chaves Mesentier. **Diretor de Assuntos Jurídicos:** Marilene de Oliveira Maron. **Diretora-Adjunta de Assuntos Jurídicos:** Teresa Maria da Silva Vagos. **Diretor de Defesa Profissional:** João Luiz Teixeira de Abreu. **Diretor de Comunicação:** Alexandre Teixeira. **Diretora de Assuntos de Aposentados:** Maria Gláudia Ferrer Mamede. **Diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentados:** Terci Aires Moreira de Affonseca Reis. **Diretor de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares:** Paulo Torres de Carvalho Barbosa. **Diretor de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social:** Antonio Henrique Azevedo da Cunha. **Diretor de Atividades Socioculturais:** Regina de Fátima da Silva Caldeira Hardman. **Diretores Suplentes:** Avelino Salvador, Luciano de Moraes Rebouças e Jose do Nascimento Freitas. **Cons. Fiscal:** Lenine Alcântara Moreira, Sergio Santiago da Rosa e Armando Domingos Barcellos Sampaio. **Jornalista responsável:** Cyntia Campos (MTb 1394). **Diagramação:** Manuela Leite. **Foto:** DS/Campinas e Nilton Fantesia. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 - salas 401/405 - Centro - CEP: 20030-080 - **Fone:** (21)3125-3800 / 3125-3805 (fax) ; Rua da Quitanda, 30 - 11º andar - Centro - CEP: 20011-030 - **Fone:** (21) 2507-6063. **E-mail:** dsrj@sindifisconacional-rj.org.br **Site:** www.sindifisconacional-rj.org.br. Distribuição Gratuita, circulação local. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

# Autoridade expressa na Lei Orgânica sempre foi condição essencial, diz DPF

A elaboração da proposta de Lei Orgânica da Polícia Federal consumiu quase dois anos de estudos e discussões. Conduzido pela Direção da Polícia Federal e por uma Comissão Especial integrada por dois representantes de cada uma das categorias da Casa, o processo nem sempre foi pacífico. “Houve muitos conflitos, decorrentes das tentativas das outras classes de avançarem sobre nossas atribuições”, conta o presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Federal em São Paulo, Amaury Portugal. “Foi preciso muita firmeza para vencer essas tentativas”.

Firmeza que também assegurou que o reconhecimento do Delegado da PF como a autoridade policial esteja expresso, com todas as letras, no texto de Lei Orgânica que saiu da Polícia Federal e já passou pelo Ministério da Justiça e pela Casa Civil antes de chegar ao Congresso Nacional, onde tramita numa Comissão Especial. “Na questão da autoridade, nós batemos o pé”, conta Portugal. “Essa é uma condição primordial e assegurá-la foi uma das nossas prioridades”.

Ele explica que as posições firmes da representação dos delegados desde o início do processo, ainda durante a elaboração da proposta no âmbito da PF, garante que hoje o projeto tramite no Legislativo sem maiores riscos de descaracterização: “Essa fase já passou, todas as emendas apresentadas pelas entidades referem-se a detalhes e não tocam em questões essenciais”. Para ele, isso é consequência do amadurecimento do debate que precedeu a redação do texto.

O delegado Amaury Portugal conversou com o Agente Fiscal sobre a formulação da Lei Orgânica da PF e as conquistas alcançadas por sua categoria.

**Agente Fiscal-** Qual a origem da proposta da Lei Orgânica da PF?

**Amaury Portugal-** Este era um anseio antigo, já que não tínhamos um ordenamento jurídico que disciplinasse os direitos dos policiais e suas atribuições, estas inerentes a cada categoria. A iniciativa foi, na realidade, das entidades de Classe e da Direção Geral da PF.

**Agente Fiscal-** Como foi formulado esse projeto?

**Amaury Portugal-** Foi um processo durou de cerca de dois anos. A categoria sempre esperou que as entidades de classe tomassem a frente dos estudos. Mas isso foi feito com grande dificuldade, pois a Direção Geral ditou o desenvolvimento dos trabalhos e muitos aspectos de LO fugiram do nosso conhecimento.

Após a conclusão do Projeto pelo DPF, foi ele enviado ao Ministério da Justiça, gestão Tarso Genro, sem conhecimento, pelo menos pelo Sindicato dos Delegados de São Paulo, do seu verdadeiro conteúdo e redação.

Por isso, fizemos uma representação direta ao Presidente da República. Não houve discussão com o Sindicato de SP nem com a FENADEPOL – Federação. Tanto que o Ministério da Justiça enviou o Projeto à Casa Civil da Presidência da República sem a presença dessas duas entidades, importantes no cenário, o que gerou a representação ao Presidente Lula.

**Agente Fiscal-** Como foi a negociação entre as categorias da Polícia Federal?



*DPF Amaury Portugal, presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Federal - SP*

**Amaury Portugal-** Foi difícil. Algumas categorias queriam invadir atribuições dos Delegados e isso colocava em risco a autoridade policial na condução dos Inquéritos e das Investigações. Mas não fizemos concessões no tocante a atribuições e prerrogativas. A Lei Processual Penal disciplina quase toda a matéria e qualquer ilegalidade que fosse aprovada mereceria uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN – perante o Supremo Tribunal Federal.

**Agente Fiscal-** Quais são as principais conquistas dos Delegados da PF no projeto de Lei Orgânica?

**Amaury Portugal-** Eu citaria a demarcação das atribuições, a regulamentação da nomeação do Diretor-Geral, que deverá ser um delegado de classe especial escolhido pelo presidente da República a partir de uma lista tríplice e a criação de dispositivos de garantia e defesa dos policiais federais no exercício de suas funções.

Mas a verdade é que, embora a PF venha trabalhando arduamente no combate à corrupção e ao crime organizado, nos sentimos esquecidos pelo governo na questão salarial, enquanto outras instituições tiveram consideráveis aumentos nesse último período.

## Lotações no Rio:

# Consulta da 7ªRF abre caminho para implementação de proposta da DS/Rio

A 7ª Região Fiscal da RFB abriu um processo de consulta aos servidores lotados nas Alfândegas do Porto e do Aeroporto, na Inspetoria e na Superintendência para aferir o interesse dos colegas em integrar os quadro das Delegacias Rio de Janeiro I (Centro), II (Barra da Tijuca) e Demac (Centro), criadas com o a reestruturação que vigora desde o dia 3 de maio. Segundo a superintendente Eliana Polo, o objetivo é “tentar alcançar a lotação ideal” nas novas unidades.

A consulta da Superintendência pode ser um primeiro passo para a implementação da proposta formulada pela DS/Rio de que seja assegurada aos colegas das diversas unidades da RFB na 7ª RF a oportunidade de transferência para as novas Delegacias. A consulta se encerra no dia 16 de julho. Até lá, os servidores poderão indicar seu interesse de lotação em até duas localidades e, até o final do processo, podem haver desistências ou retificações dessas opções. A participação na pesquisa não é obrigatória.

**Remoção-** Desde o anúncio da reestruturação, a DS/Rio vem reivindicando da administração a realização de um concurso de remoção no âmbito da 7ª Região Fiscal, como forma de possibilitar aos AFRFB a transferência para localidades mais próximas de

seus locais de moradia ou com atividades mais próximas de seus interesses. A atual consulta não é um concurso de remoção, mas a DS considera que está sendo dado um primeiro passo para oferecer aos colegas oportunidades de encontrar lotações mais convenientes. Para o preenchimento das vagas da Demac continua valendo o Processo Seletivo Interno Simplificado, conforme disposto pela portaria SRRF07 nº 171.

“A satisfação com o local de trabalho e a possibilidade de evitar grandes deslocamentos, com os frequentes engarrafamentos, contribui para a satisfação na atividade profissional e com a qualidade de vida”, ressalta o diretor de Defesa Profissional da DS/Rio, João Abreu. Ele reforça o compromisso da DS de continuar trabalhando para viabilizar a realização de um concurso de remoção contemplando o conjunto dos AFRFB do Rio de Janeiro.

“A consulta atual abre a possibilidade dos colegas se transferirem para as novas Delegacias, mas a DS considera importante que outras lotações, como o Aeroporto e o Porto, por exemplo, estejam no leque de opções”, explica João. Ele defende que a oportunidade de remoção seja estendida aos colegas de Nova Iguaçu e Volta Redonda e Porto de Itaguaí.

## DS/Rio aguarda esclarecimento sobre direito à remoção dos ocupantes de chefias

A DS/Rio solicitou à Diretoria Executiva Nacional do Sindifisco uma análise das repercussões da Portaria RFB nº 656, que modificou as regras para remoção dos ocupantes de cargo de chefia no tocante à possibilidade de escolha de lotação ao fim do período de exercício do cargo ou encargo comissionado. Na consulta à DEN, datada de 24 de maio, a DS pede que uma avaliação da nova norma e da necessidade de adoção de medidas políticas ou judiciais. A DEN ainda não se pronunciou.

A Portaria RFB nº 656 substituiu a Portaria SRF nº 6.115, de 01 de dezembro de 2005, que assegurava aos ocupantes de cargo comissionados de direção e assessoramento a remoção na exoneração da chefia para qualquer unidade da mesma região metropolitana ou limítrofe na qual o cargo era exercido, estendendo o direito a seus substitutos eventuais. A nova regra cria dúvidas sobre possíveis direitos adquiridos pelos atuais ocupantes de cargo de chefia, nomeados sob a vigência da norma anterior.

## AFRFB solicitam doação de sangue

O AFRFB José Martins Ney da Silva necessita com urgência de doação de sangue e plaquetas. Os doadores devem procurar o CTA- Centro de Transfusão e Aférese, na Glória, e mencionar o código 66.312.

O colega Frederico Lednik, da Alfândega do Porto de Itaguaí, também solicita doação de sangue no mesmo

hemocentro. Ele submeteu-se recentemente a um tratamento na instituição, referência em hemoterapia no Rio de Janeiro, e necessita de 20 doadores para repor o estoque que utilizou. “É uma questão de solidariedade: garantir que outros pacientes possam ter a mesma oportunidade de cura que eu tive”.

O Centro de Transfusão e Aférese funciona na Rua Santo Amaro nº 80, 1º subsolo, na Glória, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 15 horas e aos sábados das 7h30 às 10h30. O CTA também arca com as despesas de taxi, para grupos de quatro doadores. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone 21- 2224-0945.

# Seminário discute papel da tributação e da seguridade no combate às desigualdades



O sistema tributário e as políticas de seguridade, assistência e previdência social têm um papel estratégico no combate às desigualdades sociais. Para aprofundar este debate, 18 Delegacias Sindicais do Sindifisco Nacional — entre elas a DS/Rio— uniram-se à iniciativa da DS/Campinas, do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e do Instituto de Economia da Unicamp para organizar o seminário “Estado, Tributação e Seguridade Social”, realizado no Centro de Convenções

da Unicamp, em Campinas (SP), nos dias 21 e 22 de junho.

Com cerca de 200 participantes, o seminário privilegiou a análise do sistema previdenciário e de seguridade social e das políticas tributária e aduaneira, resgatando a tradição dos AFRFB de buscarem interlocução qualificada com os setores formuladores de políticas e os formadores de opinião. “A valorização da categoria passa pela nossa capacidade de demonstrar a condição estratégica da Previdência pública e da justiça tributária na melhoria da qualidade de vida

das pessoas”, lembra o presidente da DS/Rio, Aelio dos Santos Filho.

**Valorização do AFRFB-** Aelio destaca que o AFRFB está na linha de frente no que diz respeito à garantia do financiamento do Estado, das políticas públicas de assistência e seguridade social e da defesa da soberania nacional, por meio da Aduana. “É fundamental, portanto que pautemos esses temas. A parceria com instituições do porte do IPEA e da Unicamp qualifica ainda mais a nossa reflexão e dá mais visibilidade ao debate”.

Entre os palestrantes e coordenadores do seminário estavam o presidente do Ipea, Márcio Pochmann, o diretor do Instituto de Economia da Unicamp, Francisco Laplane, os economistas Eduardo Fagnani, Fernando Sarti, Geraldo Biasoto e Ricardo Carneiro (todos da Unicamp), João Sicsu e Jorge Abrahão (ambos do Ipea), José Roberto Afonso (BNDES), Leda Paulani (USP) e Marta Castilho (UFF). Além deles, o sociólogo Francisco de Oliveira (USP) e os AFRFB Alberto Amadei, Dão Real, Marcelo Lettieri, Maria de Lourdes Nunes e Tadeu Matosinho.

## Financiamento do Estado pesa mais para os mais pobres

Vivenciando um período de crescimento econômico, o Brasil continua a ter como desafio a superação das desigualdades. “Sem a redução da fratura social, nosso processo de construção da Nação permanecerá inconcluso”, afirma a professora de economia da USP Leda Paulani, palestrante do Painel 1 (“Desafios Sociais, políticos e econômicos para o Brasil”), que abriu os debates do seminário na manhã do dia 21 de junho.

Para Paulani, a reversão das desigualdades exige mudanças na atual es-

trutura tributária, baseada em impostos indiretos—regressivos—, que penalizam a parcela mais pobre da população. Ela defende o deslocamento do foco tributário, de modo a taxar, com mais ênfase, o patrimônio. “No Brasil, a riqueza é muito mais concentrada que a renda”. O Imposto sobre grandes fortunas poderia ser um dos instrumentos para corrigir essa concentração, “mas infelizmente a gente já nem ouve falar desta proposta”.

**Injustiça tributária-** Na última década, os AFRFB vêm alertando a socie-

dade para o conteúdo político das decisões tributárias. “Um sistema tributário expressa a correlação de forças no jogo político. Quanto mais fraco um segmento, mais tributos ele paga”, lembrou o colega Alberto Amadei, palestrante do Painel 2 (“Tributação e Desenvolvimento”). Para os setores mais pobres, esse “mais” é muito mais: segundo o IPEA, quem tem renda de até dois salários mínimos chega a gastar metade disso com os impostos sobre o consumo. O aumento da carga tributária para as camadas de menor renda foi aprofundado na

década de 90 — quando o chamado “pensamento neoliberal” ditou as regras.

A sociedade que foi capaz de conquistar a redemocratização do país e os direitos sociais expressos na Constituição de 88 pouco protesta contra a injustiça tributária. “A tributação indireta, predominante no país, faz com que boa parte da população não perceba que está pagando imposto”, lembra José Roberto Afonso, do BNDES. Os olhos não vêem, o coração não sente, mas a qualidade de vida sofre. E esse não é só um problema para os *indivíduos-contribuintes*. “Precisamos de um sistema tributário progressivo não só por uma questão de justiça social, mas porque o dinheiro que fica no bolso do cidadão movimenta a economia, principalmente fora dos grandes centros”, afirma João Sicsu (IPEA).

**Reforma-** Por enquanto, reclamar do peso dos tributos ainda é privilégio das elites econômicas. “É curioso que os que mais criticam a carga tributária brasileira sejam os que menos pagam

impostos”, destacou Márcio Pochmann, diretor do IPEA. Ele destacou que, especialmente ao longo dos anos 90, o sistema tributário deslocou o peso da carga tributária cada vez mais para as costas dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que, por meio das privatizações, houve transferência para o setor privado de 15% do Produto Interno Bruto (PIB) e a demissão de mais de 500 mil trabalhadores das empresas estatais.

“O *impostômetro*, existente em várias capitais brasileiras, deveria medir quanto de imposto é pago pelos pobres e quanto é pago pelos ricos”, sugeriu João Sicsu, para quem o debate sobre o peso dos tributos “está contaminado”, já que o pensamento dominante massifica a noção de que, “se a carga tributária cair, o Brasil vira o paraíso”. O economista defende que se trabalhe com o conceito de carga tributária líquida, que seria calculada descontando da arrecadação o que é gasto com as transferências com assistência social, subsídio e outros gastos dessa natureza.

## Processo eleitoral é oportunidade para debater tributação e defender a Previdência

Os auditores-fiscais precisam aproveitar o debate eleitoral para pautar as questões tributária e previdenciária. “Não podemos deixar a que a discussão sobre distribuição de renda e justiça social trate apenas de onde o governo *gasta* o dinheiro, mas de que setores esse dinheiro é arrecadado”, defende o AFRFB Marcelo Lettieri, palestrante do Painel 2 do seminário “Estado, Tributação e Seguridade Social”.

A campanha eleitoral 2010 já promete esquentar o debate sobre a Previdência, permanentemente sob o cerco do pensamento conservador. “Precisamos lembrar que as políticas de proteção social favorecem não só o indivíduo que recebe o benefício, mas o conjunto da sociedade”, defendeu economista Jorge Abrahão, do IPEA, palestrante do Painel 3 (“Seguridade Social- Financiamento e Equidade na Equação Social”). Os benefícios pagos pelo sistema de seguridade, assistência e previdência geram demanda por bens, serviços e equipamentos, inclusive para o setor privado.

A Previdência Social é responsável por retirar cerca de 20 milhões de pessoas da situação de pobreza extrema. E os recursos voltam ao Estado sob a forma de tributos. “De cada R\$ 100 gastos com benefícios, R\$ 56,00 voltam aos cofres públicos”, revela Abrahão. Sobre o propalado “déficit” da Previdência, o palestrante Eduardo Fagnani, professor do Instituto de Economia da Unicamp foi enfático: “Não existe déficit. O que existe é manipulação contábil”. Para ele, é hora de afirmar a Previdência como um elemento importante na promoção do desenvolvimento, desmontando a idéia de que a instituição seria um “atraso”, como apregoa o pensamento conservador. “Os países que desmontaram sua Seguridade Social estão correndo para reconstruí-la e o modelo que os inspira é exatamente o brasileiro”.

### “Carta de Campinas” afirma papel do Estado na promoção do desenvolvimento

O processo eleitoral de 2010 deve privilegiar o debate sobre o papel do Estado na promoção do desenvolvimento, enfatizando a função do sistema tributário na distribuição de renda e riqueza. Essas são algumas das conclusões do seminário “Estado, Tributação e Seguridade Social” expressas na “Carta de Campinas”, que resume o resultado da análise e reflexão propiciada pelo evento.

O seminário reafirmou a defesa das conquistas sociais da Constituição de 88 e a necessidade de ampliação do sistema de proteção social. Veja os pontos destacados pela “Carta de Campinas”:

1. A importância da via política na correção das desigualdades sociais e regionais.
2. A partir do consenso de que crescimento não gera distribuição de renda, as políticas distributivas devem ser incluídas no debate do desenvolvimento brasileiro.
3. A discussão da Carga Tributária não deve se limitar ao montante da carga tributária bruta, devendo ser incorporadas as

dimensões da carga líquida, da transparência dos tributos e de distribuição do ônus entre os diversos segmentos sociais.

4. Importância do planejamento para se atingir o verdadeiro desenvolvimento social e humano.
5. A importância do papel do Estado na promoção de políticas de desenvolvimento.
6. O sistema tributário, tal como está constituído atualmente no Brasil, na sua estrutura regressiva, aprofunda as desigualdades.
7. A Previdência Social, entendida necessariamente no sistema de solidariedade e de repartição, não pode ser abordada de forma isolada do sistema de Seguridade Social.
8. Não se pode subestimar o papel do sistema tributário como instrumento de distribuição de renda e riqueza.
9. A Aduana como sistema efetivo de proteção da sociedade e do interesse nacional.

## Portaria do MF pode premiar sonegador

Editada no último dia 16 de junho, a Portaria MF 348 assegura ressarcimento automático de 50% dos valores pleiteados por pessoas jurídicas referentes ao IPI e às contribuições de PIS/PASEP e COFINS. Somente após esse ressarcimento — efetuado num prazo máximo de 30 dias — ocorrerá a verificação da procedência dos valores pleiteados.

“A regra é temerária e contrária aos interesses dos bons contribuintes brasileiros e de toda a sociedade”, afirma o diretor de Defesa Profissional da DS/Rio, João Abreu. Para ele, a ausência de qualquer análise prévia da pertinência do direito ao crédito antes da liberação do ressarcimento pleiteado é um risco para os cofres públicos.

**Dois pesos-** A DS/Rio alertou a imprensa e a sociedade, por meio de

uma nota oficial, para as possíveis conseqüências da Portaria 348. A DS destaca que já há um histórico considerável de fraudes nos pedidos e nas declarações de compensação formulados por meio eletrônico. Além disso, atualmente cerca de R\$ 100 bilhões estão inscritos na Dívida Ativa da União, cuja execução é dificultada pela alegada insolvência dos devedores.

A DS/Rio critica a diferença de tratamento dispensado às pessoas jurídicas beneficiadas pela Portaria 348. “No ano passado, para conter a queda de arrecadação decorrente da crise econômica internacional, o ministro Mantega determinou o endurecimento na fiscalização dos assalariados e tivemos um número recorde de declarações de pessoa física retidas em malha”, lembra João.

## Plantões itinerantes levam assistência jurídica para mais perto dos AFRFB

Desde o dia 8 de junho, estão funcionando os Plantões Itinerantes da DS/Rio, levando para mais perto dos filiados os serviços de assistência social e jurídica mantidos pela DS/Rio. A primeira visita, em junho, foi ao Porto de Itaguaí. Em julho, foi a vez dos aduaneiros, que puderam tirar suas dúvidas sobre aposentadorias, anuênios, contagem de tempo especial por periculosidade, por exemplo.

O plantão de assistência social está a cargo de Léa Carneiro, profissional experiente, que atuou por muitos anos nesta área, no Ministério da Fazenda. Já a assistência jurídica está a cargo do escritório Fagundes Advogados Associados. A DS/Rio não pode repre-

sentar seus filiados em ações judiciais — esta atribuição estatutária é da Direção Nacional — mas a DS considera importante oferecer a seus filiados uma orientação personalizada, que permita a tomada de decisões na busca de representação, seja por meio da ação judicial coletiva ou da assistência jurídica individual”.

O serviço funciona desde o final de 2009, na sede da Rua da Quitanda, às quartas-feiras (jurídico) e nas terças e quintas (assistência social), agora alternado com as visitas às localidades. Os atendimentos podem ser agendados na sede da Debret (3125-3800, Valéria- Jurídico) e da Quitanda (2507-6063, Quele- Assistência Social).

## Porto de Itaguaí tem laudo de periculosidade

Um laudo técnico que atesta a periculosidade das instalações subordinadas à Inspetoria de Itaguaí vai possibilitar que todos os colegas lotados naquela unidade possam requerer a contagem de tempo acelerada, com vistas à aposentadoria, como prevê o mandado de Injunção 1616.

O documento foi entregue formalmente pela Diretoria da DS/Rio aos AFRFB da localidade, durante a Assembléia Local realizada em 8 de junho. O laudo foi requerido pela DS, em 2007, atendendo à solicitação dos colegas lotados em Itaguaí, e foi elaborado por uma entidade técnica subordinada à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

“Temos que agradecer ao trabalho incansável da DS/Rio”, destacou o inspetor do Porto de Itaguaí, Marcos Augusto Xavier, ao receber o laudo de periculosidade, que ele classificou como “grande conquista dos AFRFB” lotados na localidade.



**Siga a  
DS/Rio**

A DS/Rio agora está no twitter, mas uma ferramenta para aproximar a entidade de seus filiados. Acompanhe o dia-a-dia da DS e receba as últimas notícias, acessando [twitter.com/ds\\_rio](https://twitter.com/ds_rio)

# “Arraiá do Sindifisco” promove conagraçamento e diversão

Comidas típicas, forró e diversão para todas as idades marcaram o “Arraiá do Sindifisco”, promovido pela DS/Rio no dia 26 de junho, no Clube da Aeronáutica. Os pontos altos da festa foram o “Casamento na Roça” e a dança da quadrilha. Barraquinhas de pescaria, jogo de argolas e a “dança das cadeiras” proporcionaram aos AFRFB e suas famílias a oportunidade de resgatar as tradições juninas.

## Campos do Jordão: “replay” em agosto

O sucesso da excursão a Campos do Jordão (SP), organizada em junho pela Diretoria de Assuntos de Aposentadorias e Pensões vai se repetir em agosto. Entre os dias 20 e 22, um novo grupo de 45 colegas vai aproveitar o charme da “Suíça Brasileira”, o mais disputado destino de inverno do país.

A excursão tem ônibus exclusivo para AFRFB e familiares e vai visitar as principais atrações da cidade, como o Morro do Elefante, o Palácio Boa Vista e o Mosteiro das Beneditinas. Mais informações sobre o roteiro completo, preços e disponibilidade de vagas podem ser obtidas pelos telefones 2135-3803 (Cristina) ou 2252-5100 e 2509-0804 (Claudia).



Muita gente se animou para dançar a quadrilha



A criançada recebeu uma atenção especial dos animadores da festa



A ex-delegada da Derat, Cátia Beserra, o coordenador do PIR, Luiz Del Penho, a superintendente da 7ª RF, Eliana Polo, Thaís Pereira dos Santos e a vice-presidente da DS/Rio, Maria Alice Whiltshire.



Mamede e Gláudia. A diretora de Aposentados foi uma das organizadoras da festa.



O presidente da DS/Rio, Aelio Santos Filho, com a esposa e a filha



O casamento na Roça foi um dos pontos altos do Arraiá



O coordenador do “Estrelas do Amanhã”, Ney Coelho, e a secretária-geral da DS/Rio, Rosângela Weck.



Os AFRFB e seus familiares caíram no arrasta-pé



Vera Teresa, ex-presidente da DS, com o marido e a diretora de Administração Sonia Mesentier